

**CONTA AFORRO
IMOBILIZAÇÃO
LEVANTAMENTO DE IMOBILIZAÇÃO**

		Número da Conta Aforro	
		<input type="text"/>	
NOME (*) _____			
NIF	<input type="text"/>	Doc. ID Civil n.º	<input type="text"/>
Telf./Tlm n.º	<input type="text"/>		
<p>(*) Sendo o titular da Conta Aforro, deverá apresentar o original do documento oficial de identificação. Caso esteja impossibilitado de o fazer, terá de apresentar a participação do ocorrido junto da competente autoridade.</p> <p>Se for o representante legal (progenitor(es) do menor; tutor; curador), para além de apresentar o original do seu documento oficial de identificação, terá de apresentar igualmente documento comprovativo da sua qualidade.</p> <p>Caso se trate de um procurador, terá de apresentar documento comprovativo, devidamente autenticado, do(s) poder(es) que lhe foi(or)am delegado(s) para este efeito, para além do seu documento oficial de identificação.</p>			
<input type="checkbox"/> Solicita a imobilização da conta aforro acima indicada.			
<input type="checkbox"/> Solicita o levantamento da imobilização da conta aforro acima indicada.			
<input type="checkbox"/> Solicita a imobilização das seguintes subscrições da conta aforro acima indicada.			

<input type="checkbox"/> Solicita o levantamento da imobilização das seguintes subscrições da conta aforro acima indicada.			

Por motivo de:			
<input type="checkbox"/>	Perda/Extravio		
<input type="checkbox"/>	Furto/Roubo		
<input type="checkbox"/>	Outro(s)	_____	
Declaro que a imobilização tem um carácter temporário, por um prazo de 30 dias, após o qual fica reservado ao IGCP levantar a imobilização		Espaço reservado a validação do pedido	
_____	_____		
Data	Assinatura do ordenante	N.º do Colaborador _____	

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., no exercício das suas atribuições e competências, designadamente, no quadro da gestão da dívida pública de retalho, da gestão da tesouraria do Estado e prestação de serviços bancários às entidades públicas sujeitas à regra da unidade da tesouraria, trata os dados pessoais de acordo com os princípios e regras decorrentes da legislação europeia e nacional sobre proteção de dados pessoais, em especial do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. respeita os princípios da licitude, da lealdade e da transparência, da recolha para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, da minimização, da exatidão e da segurança e integridade da informação e adota as medidas técnicas e organizativas necessárias ao tratamento dos dados pessoais de forma a garantir o respeito integral das normas sobre proteção de dados.

Para mais informações, consulte a nossa política de privacidade disponível em <https://www.igcp.pt/pt/politica-de-privacidade/>.